



**– RERRATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021 –**

**REDUÇÃO PROPORCIONAL DE JORNADA DE TRABALHO E DE SALÁRIO**

**SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DE BELO HORIZONTE - SINDILOJAS/BH**, CNPJ nº 17.265.885/0001-53, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Nadim Elias Donato Filho;

E

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA**, CNPJ nº 17.220.179/0001-95, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jose Cloves Rodrigues;

celebram a presente **01º (PRIMEIRA) RERRATIFICAÇÃO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022 – REDUÇÃO PROPORCIONAL DE JORNADA DE TRABALHO E DE SALÁRIO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente rerratificação à Convenção Coletiva de Trabalho 2021 no período de **01º de março de 2021 a 27 de agosto 2021** e a data-base da categoria em **01º de janeiro**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA**

A presente 01ª (Primeira) Rerratificação à Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 – Redução Proporcional de Jornada de Trabalho e de Salário, abrangerá a(s) categoria(s) **econômica do comércio lojista, e profissional dos comerciantes**, com abrangência territorial em **Caeté/MG, Lagoa Santa/MG, Nova Lima/MG, Pedro Leopoldo/MG, Raposos/MG, Ribeirão das Neves/MG, Rio Acima/MG, Sabará/MG e Vespasiano/MG**.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RERRATIFICAÇÃO**

A Cláusula Terceira da **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022 – REDUÇÃO PROPORCIONAL DE JORNADA DE TRABALHO E DE SALÁRIO** – assinada em 19/03/2021, ora retificada, passa a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REDUÇÃO PROPORCIONAL DE JORNADA DE TRABALHO E DE SALÁRIO**

Mediante acordo escrito entre empregador e empregado, fica permitida, por até 180 (cento e oitenta) dias, durante a vigência do presente instrumento normativo, podendo ser de forma fracionada, a flexibilização da redução da jornada de trabalho, com redução salarial em igual proporção, no percentual de **25% (vinte e cinco por cento)**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Cessado o período de redução previsto acima, é garantido o restabelecimento da condição salarial vigente anteriormente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Ao empregado atingido pelas medidas previstas no *Caput* desta cláusula – *inclusas as referidas no parágrafo terceiro* – fica assegurada a garantia provisória no emprego durante o prazo de vigência deste instrumento normativo, na conformidade do §3º do artigo 611-A, da CLT.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Faculta-se as empresas aplicar a redução de salário prevista nesta cláusula, sem a contrapartida de redução proporcional da jornada, observado o que se segue:

**A]** O percentual de 25% [vinte e cinco] por cento da jornada de trabalho, não reduzidos em razão da adoção dessa opção, deverá ser utilizado para compensação de horas negativas existentes em banco de horas do empregado.

**B]** As horas negativas em banco de horas do empregado, e referidas na alínea “A”, são as decorrentes de situações em que o Poder Público determinou a suspensão das atividades da

Empresa e/ou a redução do horário de funcionamento, em razão da PANDEMIA COVID-19, sem que houvesse a possibilidade de adoção das medidas previstas na MP 936/20, convertida na Lei Federal 14.020/20 ou outra norma equivalente.

#### **PARÁGRAFO QUARTO**

Em havendo a concessão de novo auxílio emergencial ou qualquer outro auxílio governamental em decorrência da redução de jornada, as empresas procederão com a imediata notificação as autoridades competentes para viabilizar o recebimento de tal benefício aos empregados.

#### **PARÁGRAFO QUINTO**

Caso seja(m) promulgada(s) pelo Governo Federal norma(s) legal(is) estendendo a aplicação das medidas previstas na Lei nº 14.020/2020, deverá ser elaborado TERMO ADITIVO a este instrumento normativo para a sua adequação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data da publicação de tal(is) medida(s), sob pena de extinção automática das condições convencionadas nesta cláusula.

#### **PARÁGRAFO SEXTO**

O empregado demitido sem justa causa durante o período de garantia provisória no emprego terá direito ao recebimento, junto com as verbas rescisórias, e sem prejuízos dessas, uma indenização calculada com base no seu último salário sem a redução prevista nesse instrumento coletivo.

#### **PARÁGRAFO SÉTIMO**

Para fins de cálculo da indenização referida no parágrafo anterior, o salário do empregado será dividido por trinta e multiplicado pelo número de dias restantes de sua estabilidade.

#### **PARÁGRAFO OITAVO**

O aviso prévio concedido pelo empregador, seja na modalidade trabalhada ou indenizada, não pode ser computado para fins do pagamento da estabilidade a que tem direito.

#### **PARÁGRAFO NONO**

Para os empregados comissionistas puros, a indenização referida nesta cláusula terá como base de cálculo a média das comissões, incluídos os repousos semanais remunerados e prêmios, dos 12 (doze) últimos meses.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO**

Para os empregados comissionistas mistos, a indenização terá como base de cálculo a parte fixa de seu salário acrescida da média das comissões, incluídos os repousos semanais remunerados e prêmios, dos 12 (doze) últimos meses.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO**

O disposto nesta cláusula não se aplica às hipóteses de dispensa a pedido ou por justa causa do empregado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas da **Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 – Redução Proporcional de Jornada de Trabalho e de Salário** – assinada em 19/03/2021, ora retificada, que não conflitarem com o presente instrumento normativo.

#### **CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO**

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais é autorizada a fiscalizar a presente Convenção, em todas as suas cláusulas.

#### **CLÁUSULA SEXTA - EFEITOS**

E, para que produza seus jurídicos efeitos, a presente 01º (Primeira) Rerratificação da Convenção Coletiva de Trabalho 2021 – Redução Proporcional de Jornada de Trabalho e de Salário – foi lavrada em 02 (duas) vias de igual forma e teor, sendo levada e registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do seu Sistema Mediador.



Belo Horizonte, 25 de março de 2021.

**SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMERCIO DE BELO HORIZONTE  
Nadim Elias Donato Filho - Presidente**

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BELO HORIZONTE E REGIÃO  
METROPOLITANA  
Jose Cloves Rodrigues – Presidente**